



**LEI Nº 1.904, DE 07 DE OUTUBRO DE 2021**

***“Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Entre Rios de Minas e dá outras providências.”***

A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Entre Rios de Minas-MG.

Art. 2º. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social a que se vincula o Conselho Municipal do Idoso, de que trata a Lei nº 1.513, de 10 de setembro de 2007, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa.

Art. 3º. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - as transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II – as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;


V - os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

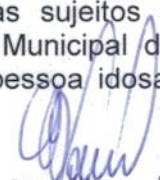
VI – as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 12.213/2010;

VII - outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

III – as receitas estipuladas em lei.

§ 1º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta bancária específica sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”, e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas sujeitos à aprovação do Conselho Municipal do Idoso, sem isentar a Administração Municipal da previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

  
José Walter Resende Aguiar  
Prefeito Municipal  
ENTRE RIOS DE MINAS - MG

  
Marcos de Oliveira Vasconcelos  
Procurador Geral do Município  
OAB/MG 62771  
Entre Rios de Minas-MG





§ 2º Os recursos de responsabilidade do Município de Entre Rios de Minas, destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, órgão gestor do Fundo e competente para a movimentação da conta bancária a que se refere o §1º do art. 3º desta Lei prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como prestará informações sempre que for solicitado pelo referido Conselho.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará mediante decreto, no prazo de 30(trinta) dias da publicação desta Lei, estabelecendo as normas referentes à organização e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder por Decreto o remanejamento das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal relacionadas ao apoio à pessoa idosa para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instituído por esta Lei.

Art. 7º Fica acrescido ao art. 4º da Lei 1.513, de 10 de setembro de 2007, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, o inciso V, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

*"V - o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa."*

Art. 8º - Fica acrescido ao art. 7º da Lei 1.513, de 10 de setembro de 2007, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, o inciso XII, a seguinte competência do Conselho Municipal do Idoso:

*"XII – deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa".*

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 07 de outubro de 2021.

**José Walter Resende Aguiar**  
**Prefeito Municipal**

**Marcos de Oliveira Vasconcelos**  
**Procurador Geral do Município**

**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**DE ENTRE RIOS DE MINAS-MG**  
Publicado no  
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
(Lei nº 1741 de 21/08/2017)

DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
EDIÇÃO Nº \_\_\_\_